

PREFÁCIO

Em 2021, Pedro Quintas Filipe publicou a obra *Ao longe, o Convento... História de uma Comunidade Rural (Murgeira/Cachouça/Barreiralva) do Concelho de Mafra* (vol. I – *Linhagens*) (Edições Colibri, 2021), dedicada ao estudo das “linhagens”, isto é, da identificação dos indivíduos e das respetivas famílias, no espaço rural pontuado pelos três lugares mencionados, no território do concelho de Mafra, centrado entre a centúria de quinhentos e o início da centúria de novecentos.

Um ano volvido, e no cumprimento do projeto já então anunciado, o autor regressa ao mesmo território, agora com um estudo de natureza histórica, o segundo volume sob o mesmo título *Ao Longe, o Convento...: História de uma Comunidade Rural do Concelho de Mafra* (Murgeira / Cachouça / Barreiralva) (Vol. II – *História, economia e demografia*). Se ali nos brindara com o rol dos indivíduos e das suas famílias, que integravam os referidos lugares, aqui é a comunidade local que emerge como um todo, em que Pedro Quintas Filipe analisa, na primeira parte, a sua história numa perspetiva diacrónica, desde as origens até à evolução da rede viária no século XIX. Depois, oferece-nos uma história social e económica da comunidade rural Murgeira-Cachouça-Barreiralva, em duas partes, respetivamente sob os títulos ‘Demografia’, em que desenvolve a história da população local (nascimentos, casamentos, óbitos e migrações), e ‘Economia e Sociedade’, em que investiga a propriedade, rural e urbana, a estrutura produtiva, o comércio e os transportes, os ofícios, a tributação e a estratificação social.

Na primeira parte, sob o título “Perspetiva histórica”, o autor parte dos primeiros vestígios conhecidos acerca da ocupação humana do atual território de Mafra, que remontam ao Paleolítico Médio (para a Estremadura, c. 300 mil anos a 28 mil anos BP) e Superior (c. 28.000 anos a 10.000 anos BP), o que permite demonstrar, em momentos posteriores, a continuidade dessa ocupação até à atualidade, bem como uma persistente antropização da paisagem local. Ainda no primeiro capítulo, são objeto de referência os escassos vestígios materiais do *territorium*, que integrava o *municipium* de *Olisipo*, que se identifica com o sítio da baixa de Lisboa, sendo este topónimo um derivado daquele. Do período árabo-islâmico, o autor regista alguns dos topónimos árabes e moçárabes, que permitem antever um povoamento medieval, da Alta ou Baixa Idade Média, uma vez que alguns dos nomes de lugar poderão ser já fixados em período cristão, isto é, pós-Reconquista, a partir de 1147, quando a conquista da linha do Tejo por D. Afonso Henriques. Destaque-se, ainda, a referência ao termo *sahrāwi*, isto é, o ‘habitante do

Sahara’, do qual muito provavelmente deriva o termo ‘saloio’, que bem caracteriza, do ponto de vista identitário, a região.

No segundo capítulo, sob o título “Da Reconquista ao século XVI”, o autor parte da ocupação do território, sublinhando o papel das casas religiosas, em que se destaca dentre estas o mosteiro e de outros senhores proprietários, de que o próprio Rei é exemplo, concretizado na posse do Reguengo do Gradil. Naturalmente, o território em análise é aqui mais amplo, como desde os tempos primevos, de modo a tornar perceptível o contexto do lugar e da comunidade em estudo. Depois, aproximando-se do foco da investigação, debruça-se sobre a demarcação do couto de Mafra em 1304. Neste documento, de notável informação em termos toponímicos, e não só, permitam-nos relevar as referências a *Cabeça da Murugeira* e ao *herdamento de Vicente Cachouço* (p. 42), que nos possibilitam conhecer a origem e a grafia primitiva dos topónimos Murugeira e Cachouça, podendo este referir-se à propriedade de Cachouço. Apoiando-se na Inquirição mandada fazer pelo bispo de Lisboa D. João Martins de Soalhães, e terminada em 1309 no bispado do seu sucessor, D. Frei Estêvão, de que o autor se serve, já Manuel Clemente havia defendido que esta é, em início de trezentos, uma terra batizada de fresco, o que estes topónimos parecem atestar. Temos, desde então, a sua fixação escrita, permitindo-nos efetuar uma datação relativa dos mesmos, apesar de desconhecermos a data a partir da qual terão sido objeto de povoamento. Segundo a mesma Inquirição, o antroponímico Cachouça é atestado em Domingos Cachouça, que morava na Chanca, assim como em Martim Joanes Cachouça, que era morador em Monte Gordo (Johnson, 1970, pp. 129-130), entre o Gradil e Sobral da Abelheira. Também nos permite inferir a explicação da origem do nome do lugar *Murugeira*, muito provavelmente um derivado de ‘Murugem’, planta herbácea existente em Portugal, também conhecida por ‘merugem’ ou ‘morugem’, usada na confeção de saladas.

No início do século XVI, Murugeira e Cachouça, segundo o Numeramento de 1527, eram pequenos lugares, que se encontravam povoados: a “aldeia da Murageira com os casaes do Vieiro e Dominguez Simões e Camouqueira e Rouxeira” perfaziam, em conjunto, nove vizinhos; “os Casaes do Mato e Azambugeiro e Cachouça e moinho do Codsal e Casal do Azambugeiro e Amoreira”, dez vizinhos (Freire, 1908, p. 256). Os mesmos nove fogos são registados em 1640 para a Murugeira, tendo Cachouça sete fogos.

Na Baixa Idade Média e até tempos recentes, as suas gentes viviam, sobretudo, do que a terra produzia, fruto do esforço e do suor empregues no seu amanhã. Uns anos mais faustos, a que certamente as preces teriam ajudado, outros mais nefastos, que faziam adivinhar tempos de fome. Para tudo isto nos convoca o texto de Pedro Quintas Filipe, que nos remete para a vivência de um tempo rural, pautado pelo ciclo dos trabalhos agrícolas exe-

cutados ao longo das estações do ano, que apenas um acontecimento excepcional festivo interrompia.

Também pela sua excecionalidade, a construção do Real Edifício de Mafra (palácio-convento) em 1717, por ordem de D. João V, merece um destaque do autor, em subcapítulo. Dedicado à Virgem Maria e ao santo português mais ecuménico, António, o edifício foi projetado pelo arquiteto e engenheiro militar João Frederico Ludovice, que partilhou os trabalhos de conclusão com o seu filho João Pedro Ludovice, também arquiteto, formado na Casa do Risco da Real Obra de Mafra. O Palácio encontra-se, inscrito, desde 2019, na Lista do Património Mundial da UNESCO, cuja construção inspirara o prémio nobel da literatura José Saramago em o *Memorial do Convento*. A referência impõe-se não apenas pela influência da sua construção na comunidade, mas também porque alguns dos moradores em Murgeira e Cachouça participaram na sua construção, conhecendo-se alguns dos seus nomes, que aí empregariam os seus braços e ocupariam os seus carros de bois no transporte de materiais (p. 49).

A Murgeira obteria a licença para a construção da sua ermida em 1739, por provisão de D. Tomás de Almeida, Patriarca de Lisboa Ocidental. Seria dedicada a Nossa Senhora do Monte do Carmo, cuja imagem foi adquirida por volta de 1744, e a Santo António, uma influência natural do orago da basílica de Mafra, e sagrada em 17 de julho de 1745. A direção dos trabalhos coube ao Mestre-de-obra António da Silva, morador na Murgeira, tendo por oficial de pedreiro Manuel Simões, morador em Barreiralva (p. 52). Da igreja da Murgeira, bem como da Irmandade de Nossa Senhora do Carmo, ali instituída, trata o autor.

Certamente dias de festas eram os dias de feira, da feira dos Alhos na Murgeira, instituída por provisão régia de D. José, de 20 de junho de 1754, no adro de Nossa Senhora do Carmo. Estes eventos constituíam-se como modo de aumentar as escassas receitas para a fábrica da igreja, permitindo aos seus moradores melhorar o embelezamento do templo, assim como saldar eventuais dívidas contraídas e ainda não pagas, quando da sua construção e da torre sineira, uns anos mais tarde. Durante três dias, em torno do terceiro domingo de julho, coincidindo com as festas em honra da Senhora do Carmo, misturava-se o sagrado e o profano, descansavam-se os corpos esgotados da azáfama árdua diária, nos trabalhos agrícolas ou na construção, sob “sóis escaldantes” ou “chuvas torrenciais” (p. 166). Adquiriam-se forças para enfrentar as dificuldades que sempre espreitavam em cada ano, fechavam-se negócios, com os dinheiros adquiridos na venda das primeiras colheitas ou poupados ao longo de meses, quando a safra se mostrava mais generosa, ou amealhavam-se uns tantos réis resultantes da venda dos excedentes do que a terra e a Providência permitiram, pois assim acreditavam as suas gentes. Os negócios seriam abençoados pela Senhora do Carmo, firma-

dos pelos homens com apertos de mão, e selados em instantes acompanhados do despejo de pichéis, por vezes acompanhados do choro das cordas de um cistre ou do ecoar de uma sanfona. Assim aconteceria também com as feiras de Santo André, junto à vila de Mafra, referidas nas “Memórias Paroquiais” (1758), e a feira da Lobagueira (Encarnação), com alvará de 1714, bem como a feira de Vila Franca do Rosário, no último domingo de setembro, criada em 1778 (pp. 68-70).

A criação da Tapada de Mafra, em 1744, que também Pedro Quintas Filipe considera no seu estudo, delimitaria não apenas o lugar da Murgeira pelo lado sul, bem como amputaria o seu território. Barreiralva, por ser lugar mais pequeno e de crescimento mais tardio, remonta ao primeiro quartel do século XVIII, registado em 1719, e só viria a ter a sua capela em 1936, consagrada a Nossa Senhora da Lapa. A presença de fornos de telha e olarias (p. 107) no local parece justificar a opção de o nome se ligar diretamente à extração de barro branco. Deste e de outros topónimos trata o autor no capítulo “Etimologia de Locais” (p. 119-121).

A Guerra Peninsular também merece destaque na obra, tendo, durante a tradicionalmente designada primeira invasão, a partir de 8 de dezembro de 1807, Mafra ficado ocupada por uma divisão do exército francês sob o comando do general Louis Henri Loison, conhecido por o ‘Maneta’, em virtude de um acidente de caça. Tamanha era a sua crueldade, que fazia temer o pior desfecho a todos quantos fossem alvo da sua justiça, que justifica a máxima ainda hoje popularmente usada ‘ir pró maneta’.

É, aliás, neste contexto, através da obra de Adam Neale, médico do exército aliados, e particularmente da gravura *A distant view of Mafra (and de Mountains of Cintra) = Uma vista distante de Mafra...* (p. 84), efetuada a partir da Murgeira, que Pedro Quintas Filipe parece inspirar-se para o título da sua obra. A vista retrata uma perspetiva do Real Edifício, assim como o autor nos oferece uma perspetiva, porque cada leitura é sempre uma perspetiva, sobre a Murgeira-Cachouça-Barreiralva, e a partir da comunidade, *Ao longe...*, sobre o *Convento*. Em torno da Murgeira, ergueram-se fortificações (obras militares 82 a 84), que integraram o sistema defensivo Linhas de Torres Vedras, que permitiram a defesa da capital pelo lado norte contra a ofensiva do exército invasor. A sua construção teve, naturalmente, impacto sobre a paisagem e a comunidade, que o autor analisa, de que são exemplos o corte de árvores e o aproveitamento de pedra de muros de propriedades para as fortificações.

A segunda parte do livro é, como referimos, dedicada à Demografia, situando-se, cronologicamente entre 1559, data dos primeiros registos paroquiais da paróquia de Santo André, do concelho de Mafra, e 1899. A estas notáveis fontes de informação, o autor junta os róis de confessados, que lhe permitem uma identificação das famílias por fogo, entre 1778 e 1929, e

registos notariais. Aqui, Pedro Quintas Filipe trata dos nascimentos, casamentos e óbitos de modo a perceber a evolução da população entre os séculos XVI e XIX, incluindo as migrações. Estas tiveram grande impacto na região, a partir da segunda década do século XVIII, em virtude da necessidade de trabalhadores na edificação do Real Palácio-convento de Mafra, que triplicaria o número da população da comunidade em estudo. Também para aqui convergiram famílias, a partir de 1809, no refúgio no interior da primeira Linha de defesa das populações a norte, desde as Beiras, na sequência da proclamação da política de terra queimada por Arthur Wellesley, então Visconde de Wellington. Pelo contrário, e justificando, por vezes, a saída de naturais da comunidade, Lisboa parece exercer uma forte atração a sua população partir da segunda metade do século XVIII, e, do outro lado do Atlântico, o Brasil. Destaque-se aqui a existência de uma comunidade mafrense, em Manaus. Quer num caso, quer no outro, motivações económicas em torno da melhoria das condições de vida justificam a opção de saída de indivíduos, bem como *grosso modo* o decréscimo populacional, que se regista para o século XIX.

Na terceira parte, “Economia e Sociedade”, Pedro Quintas Filipe trata com pormenor da propriedade urbana (casas de habitação e de atafonas, moinhos e azenhas, entre outros bens) e rural e de como esta foi influenciada pelo relevo, a forma de exploração da terra, direta e sobretudo indireta, o vínculo de bens (morgados e capelas), os grandes proprietários, bem como do pagamento de foros, isto é uma pensão anual, em géneros ou em moeda, pelo enfiteuta ao senhorio direto em virtude exploração da terra. Em termos de produção, destaca-se a silvicultura e as culturas cerealíferas, maioritariamente trigo e milho, e alguma cevada, sendo aqueles dois cereais tradicionalmente caraterísticos da Estremadura litoral. Depois, a cultura da vinha, que ocupava grandemente os terrenos de encosta, e outras frutíferas, de que são *exempla* as macieiras, as pereiras, as figueiras, os abrunheiros e as laranjeiras. Acrescentem-se as leguminosas, com destaque para o tremocilho e o chícharo.

Também no âmbito da Economia, o autor dedica um capítulo à produção cerâmica, tendo sido possível registar, pelo menos, seis fornos cerâmicos (p. 301), a partir da centúria de seiscentos no território da comunidade em estudo. A existência de oleiros na comunidade data já, pelo menos, do século XVI, e permite-nos inferir, dado o seu número, acerca da importância local e do volume da sua atividade, o topónimo Barreiralva, documentado a partir de 1719.

Se à atividade oleira estavam associadas a produção e a venda, o “Comércio e transportes” são analisados em capítulo autónomo. Aqui destaca-se um património económico em desaparecimento – as padarias, tabernas e mercearias –, mas também a referência ao “pão saloio”, datada de 1845

(p. 311-312). Nos transportes, mencionam-se, de modo particular, os almoceves, carroceiros e caixeiros, e mais tarde os ónibus, que ligariam diariamente as terras de Mafra à capital do reino.

Os ofícios são depois analisados pelo autor, permitindo uma caracterização socioprofissional da comunidade local, apesar de se verificar uma sub-representação das mulheres quanto ao registo da sua ocupação, certamente porque, para além da sua condição na época moderna, a maior parte se ocupava das lides domésticas e do cuidado dos filhos, bem como de trabalhos rurais. Assumem relevo os oleiros, mas também os almoceves, os carroceiros e os caixeiros, e, em segundo plano, trabalhadores no setor da construção (sobretudo nas décadas de 30 e 40 do século XVIII, relacionados com a construção do Real Palácio-convento de Mafra) e moleiros, padeiros, taberneiros e sapateiros, entre outros, a par dos trabalhadores, lavradores e fazendeiros, que se ocupariam maioritariamente da atividade agrícola. A família Silva Veneno é também merecedora de menção particular, enquanto negociante de gado ao longo de quatro gerações, no século XIX, tendo alguns dos seus membros exercido o cargo de vereador na Câmara Municipal de Mafra (p. 340). Era Gente que vivia sobretudo do seu trabalho, sob uma pesada carga de tributos e impostos – sisas, dízimos, jugadas e oitavos, décimas, derrama extraordinária sobre o comércio, contribuição extraordinária de defesa (instituída em 7 de junho de 1809, no contexto da Guerra Peninsular), o Novo Imposto (instituído em 7 de março de 1801), a par de donativos voluntários para as urgências do Estado. Gente que se distinguiu, pela posse de propriedade, pelo exercício do seu ofício, pelo poder da escrita, pelos tributos que pagavam, bem como pelos rendimentos que retiravam da sua atividade ou das suas propriedades, permitindo identificar e caracterizar, em jeito de epílogo, “uma sociedade diferenciada”.

Com tudo isto nos brinda Pedro Quintas Filipe, num registo de notável escrita, com rigor científico, inclusive concetual, e a fundamentação do conhecimento na exaustiva recolha de fontes de informação e de natureza diversa, nas mais distintas instituições de memória. Sendo o autor formado em Engenharia Geológica e em Engenharia Civil, é a pena do historiador que emerge ao longo do livro, revelando-se o investigador da história local, que nos oferece um estudo analítico, sustentado nas fontes, integrado na geografia, o palco da história, mas de natureza interdisciplinar, que convoca os saberes da genealogia, da história, da toponímia e da geologia, entre outros. Além disso, revela-se um exímio conhecedor do território, em termos físicos e cartograficamente representado, com uma investigação, que aporta uma lista extensa de fontes e estudos (p. 413-438), de que faz uso, e um apêndice documental, revelando a generosidade do autor. Estamos, portanto, perante um estudo sólido e extenso (478 p.), a juntar ao 1.º volume, em que Pedro Quintas Filipe sente a necessidade de apresentar “correções e

aditamentos ao 1.º volume”, testemunho de que a história é o resultado de um processo em permanente construção, nunca terminado.

É tempo, pois, de endereçar os parabéns ao autor, por este notável estudo de história local, que contextualiza quando necessário em termos regionais, quando não nacionais, que cruza dados de diversa natureza, fazendo-nos lembrar, ainda que de distinta cronologia, a *História rural medieval*, de Jose Angel Garcia de Cortazar (Estampa, 1993). Os parabéns são também extensíveis a Fernando Mão-de-Ferro e às Edições Colibri, construtores de um património livreiro nacional, com destaque para a edição de estudos de natureza académica, e em particular dedicados à história regional e local, de que é exemplo o livro que aqui se apresenta, cujo interesse não se restringe aos territórios de Mafra, Lisboa e Torres Vedras. Um livro tão simplesmente sobre uma comunidade rural, que se constitui como uma referência para a elaboração de uma monografia local, de leitura obrigatória.

Carlos Guardado da Silva

Professor Auxiliar com Agregação

Centro de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa